



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

ATA DE REUNIÃO

ATA nº 05/2021

Aos **quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e um**, com início às oito horas, via web conferência, realizou-se sessão extraordinária do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão – COCEPE, da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pela **Professora Ursula Rosa da Silva**, Vice-Reitora, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Professora Maria de Fátima Cossio**, Pró-Reitora de Ensino; **Professor Flavio Fernando Demarco**, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, **Professor Eraldo Pinheiro dos Santos**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Professor Mário Lúcio Moreira**, suplente da representante da Área de Ciências Exatas e Tecnologia; **Professor Luiz Filipe Damé Schuch**, representante da Área de Ciências Agrárias; **Professora Silvana de Fátima Bojanoski**, representante da Área de Ciências Humanas; **Professora Izabel Cristina Custódio de Souza**, representante da Área de Ciências da Saúde e Biológicas; **Professor Carlos Walter Alves Soares**, representante da Área de Letras e Artes; **Professor William Silva Barros**, representante do Conselho Universitário; e **Senhor Matheus Cruz**, representante dos Técnico-Administrativos, **Senhora Mara Beatriz Gomes**, representante dos Técnico-Administrativos, **Acadêmico Rubens Marques Obelar Ramos**, representante discente e **Acadêmico Thiago Ferreira de Abreu**, representante discente. Compareceram também, como convidados o Professor Mário Azevedo Junior, Professor Marcelo Fernandes Capilheira, Professor Bruno Nunes, Professor Marcos Britto Correa e Professora Marina Peres Bairy. Com a constatação de existência de quórum, a senhora presidenta iniciou a reunião pedindo desculpas pela urgência da convocação. Falou da presença de alguns convidados e passou ao relato do Processo nº 23110.006885/2021-41. Relatou que haviam recebido o memorando nº 06/2021 do Comitê Covid. A Assessora Jocasta leu o documento. A senhora presidenta propôs conversarem sobre o documento antes de chamar os representantes. Sem manifestação, colocou em votação a entrada dos convidados. Com a aprovação e entrada de todos na sala, a senhora presidenta cumprimentou aos convidados e relatou a leitura do documento, solicitando que estes esclarecessem o memorando. O Prof. Marcos, presidente do Comitê, fez uma breve introdução, dizendo que o Comitê vinha acompanhando a Pandemia e os movimentos na UFPel. Sabiam do grande número de mortes e isso vinha preocupando bastante a Comunidade. Falou da bandeira preta no Estado e as diversas restrições. Casos fortes de contaminações. Não sabiam se estavam no pico da terceira onda. Suspeitavam que isso estava relacionado ao novo vírus. Tinham a perspectiva de retorno das atividades presenciais em maio. Ninguém imaginava que estaríamos presenciando cenário pior que o ano anterior. Estávamos há um ano com atividades suspensas e em um momento pior da Pandemia. Na semana anterior o Comitê havia discutido muito e decidiu que era inviável planejar atividades presenciais. Era quase impossível imaginar um cenário melhor nas próximas semanas, mesmo com equipe analisando dados e não se tinha como saber que tipo de situação nos encontraríamos em maio e estabelecer um retorno com segurança para nossos alunos. Diante do quadro, viam uma incerteza enorme, que no seu entendimento inviabilizaria o retorno às atividades em maio. Os Prof.s Marina e Bruno foram convidados a falar sobre o assunto. O Prof. Bruno se manifestou dizendo que o grande problema que tinham era a imprevisibilidade. Com tantas variáveis era difícil prever. Se tivessem 70% da população afastada, seria melhor, mas isso não vinha acontecendo e a vacinação em termos proporcionais era muito pequena. Do ponto de vista epidemiológico. A situação era muito complexa. A Prof.^a Marina disse que a ideia que havia levado à discussão era no sentido do que temos vivido diariamente. Quando tiveram a ideia do calendário presencial, o cenário era bem diferente. Com a bandeira preta no Estado, haviam repensado sobre a

condição de trazer nossos estudantes, principalmente os da área da saúde. A ocorrência da transmissibilidade era absurda. Em diversos serviços foi preciso fazer uma adaptação assistencial, para evitar formas de contágio. Anteriormente a isto, já haviam sentido que seria muito complexo ativar os estágios dos alunos. Mesmo com vacinação, os serviços de saúde precisaram se adaptar de outra maneira. Era difícil atender a mudanças tão dinâmicas e entendiam que era inviável estabelecer datas, na forma como estava sendo proposto. A senhora presidenta deixou a palavra a disposição dos conselheiros que desejassem falar. A conselheira Fátima Cossio agradeceu a presença dos representantes do Comitê e pelos esclarecimentos. Disse que em dezembro, quando haviam planejado, não tinham noção do agravamento da situação. Deixou claro que sempre tinha sido colocado como condicionante a situação da Pandemia. Ainda não haviam analisado as propostas das Unidades. Era claro que o planejamento havia sido feito para evitar imprevistos na metade do semestre, se tudo estivesse bem. A demanda por estágios tinha um número muito grande. Perguntou se poderiam fazer análise ou se no momento era impossível. Perguntou como ficaria a situação dos alunos. O Prof. Marcos respondeu que havia documento do Estado que permitia a continuidade dos alunos que já estavam em atuação. Para novos estágios estavam condicionados ao retorno da bandeira vermelha. Entendiam a complexibilidade de se trabalhar com diversos calendários. Poderiam trabalhar com propostas de atividades presenciais condicionadas à situação. Tinham atividades essenciais que deveriam continuar acontecendo, como auxílio dos alunos de Enfermagem na vacinação. Algumas excepcionalidades poderiam continuar acontecendo. Outras atividades não poderiam, pelo risco que representavam. O Prof. Marcelo falou dos cursos da saúde, disse que a dificuldade em relação ao enfrentamento, nas UBS, por falta de profissionais. Colocou isso porque sempre foi a preocupação desde o início, não trancar o calendário para continuar colocando profissionais da saúde no sistema de saúde. Mesmo que estes médicos não atuassem em Pelotas, o país todo estava carente de profissionais. Tem mantido os alunos em prática, com o aval do COCEPE, para manter suas atividades, com todas as medidas sanitárias. Não gostaria que ficasse uma porta fechada à possibilidade de avaliação. A Prof.^a Marina complementou, pelo fato de que a Medicina é o curso que mais demanda a tentativa de não parar as atividades, pela preocupação de oferta de profissionais. Por certo, todos os alunos contribuem no atendimento direto. Representam força de trabalho junto com sua formação. O mais importante era que os alunos permanecessem em estágio. A conselheira Silvana perguntou se o trabalho nos laboratórios seria suspenso. A conselheira Fátima respondeu que sim, pois só retornariam os estágios externos, dependia da bandeira para analisar as práticas na UFPEL. O Prof Mário Azevedo falou que queria colaborar com a discussão, sabendo da dificuldade para liberação. Disse que a proposta de não abandonar a possibilidade de terem atividade no semestre 2020/2. O importante era avaliar o impacto que causaria a retenção de alunos, até no caso da assistência estudantil. Pensaram no fato, sem saber que enfrentariam um cenário muito pior. Por outro lado, não era adequado liberar as atividades em maio, mas em agosto, quando iniciasse o próximo semestre não diria, pois poderiam minimizar o espaço entre os semestres. Isto não era simples para organizar, pois é muito complexo. Deveriam ter uma constante avaliação do cenário. Deveriam pensar alternativas para minimizar a retenção. Não via outra alternativa. A não progressão em algumas disciplinas pode impactar diretamente no sistema de saúde (Ex: Medicina Veterinária, Odontologia, Enfermagem). Sabia que não era tarefa fácil. A conselheira Mara Beatriz perguntou sobre a vacinação em caso de manterem as atividades práticas em determinados cursos. O Prof. Marcos respondeu que muitos estagiários já estavam vacinados e muitos estavam na fila, aguardando a chegada dos imunizadores na cidade. Os profissionais que trabalham direto na área da saúde devem ser vacinados. Par retornarem em maio, não tinham nenhuma garantia de vacinação. O conselheiro Flavio disse que complementaria a fala dos colegas, no sentido de entender o momento que estavam vivendo. Parecia que a normalidade não retornaria enquanto não tivessem um cenário d imunização massificada. O esforço feito para manter a proposta de retorno das atividades práticas, não diminuía a preocupação em relação ao cenário atual. Efetivamente estavam preocupados em manter as atividades nos cursos que tinham maioria de atividades práticas. O conselheiro Luis Schuch perguntou sobre a questão de vacinação, com toda a confusão do entendimento do que era prioritário. Dentro do quadro que tinham, o Comitê Covid estava pensando no tempo de vacinação de todos os envolvidos? O Prof. Marcos esclareceu que no momento o Comitê estava discutindo uma série de normativas para o retorno das atividades. Talvez na semana fosse liberada a conclusão. O cenário de retomada não poderia incluir vacinação. Dependiam do número de doses. Para os estudantes não existia o cenário de vacina prioritária,

por terem idade menor que as do grupo de risco. O retorno presencial não poderia estar atrelado ao calendário de vacinas. O Prof. Mário Moreira cumprimentou a todos. Agradeceu a presença dos membros do Comitê para esclarece-los. Disse que seria interessante uma orientação do Comitê sobre uma perspectiva de retorno do calendário presencial. O Prof. Marcos respondeu que entendia a ansiedade da Comunidade Acadêmica principalmente dos estudantes, mas no momento era muito difícil calcular quando seria possível. Precisavam aguardar a possibilidade de melhora. Existia uma série de variantes que estava descontrolada. O comportamento da população era um exemplo. Poderiam trabalhar com datas para estimar o retorno, mas era muito complicado. Existia uma margem de boom em Pelotas e poderiam ficar em uma situação ruim por algum tempo. A conselheira Mara Beatriz disse que seu questionamento era no sentido do que o conselheiro Schuch havia colocado. Falou sobre o cenário da vacinação dos trabalhadores da área da educação. Indagava qual o planejamento que tinham como Instituição, as medidas sanitárias. Relatou as medidas protetivas estabelecidas nas atividades privadas e perguntou como a Instituição atuaria em relação às medidas para contenção. Esta competência seria do Comitê ou da PROPLAN? Pensando em longo prazo, sabendo que a vacinação seria demorada, quais as medidas da UFPel e qual sua executividade? O Prof. Marcos falou que havia citado em alguma fala anterior. Lembrou que o COPLAN havia citado algumas demandas e o Comitê estava analisando as colocações do Conselho. Até o final da semana teriam concluída a análise dos documentos. Estariam em breve com as normas para retorno. O Prof. Marcelo lembrou que no ano anterior tinha passado por comissão para compra de diversos itens de biossegurança e já estava em fase de compra. O conselheiro Rubens disse que havia se inscrito para falar por causa de dúvidas que tinha sobre o documento e sobre as aulas presenciais. Haviam montado planejamento para retorno e elencaram pontos que deveriam ser avaliados. Fazia a reflexão se deveriam fazer a divisão em dois grupos de alunos. Um seria dos que trabalhavam com aulas práticas. Poderiam incluir na análise o critério de exclusão séria dos alunos que não trabalham diretamente no combate à Covid-19. Precisavam de novos profissionais para manter a luta no país. A senhora presidenta perguntou se havia mais perguntas aos representantes do Comitê e, não havendo manifestações, agradeceu a participação dos professores na reunião. Dando sequência, sugeriu que continuassem o debate disse que não precisavam emitir Nota, para não deixarem aberta a possibilidade de gerarem outros entendimentos. Perguntou se poderiam fazer algum tipo de encaminhamento. O conselheiro Schuch disse que tinham uma série de variáveis para analisar. Teriam de ter cuidado de não criar diferenças entre coisas equivalentes. Disse que tinham discutido este ponto no Colegiado da Medicina Veterinária e uma questão que ficava em aberto era o significado de fechar as possibilidades. Pensava que deveriam ter um ponto intermediário entre o que havia. Deveriam fazer a análise de disciplinas apresentadas. Precisavam ter instruções claras das condições estruturais. Precisavam ter padrões de procedimento. Muitas ofertas deveriam estar falhas, por não ter normas. A decisão deveria seguir no tempo. Não deveriam suspender totalmente o semestre 2020/2. Deveriam analisar quais os setores retornariam primeiro. A conselheira Mara disse que o cenário trazia insegurança e incerteza para todos. Os alunos computavam dois anos de prejuízo. Disse que não havia sido possível fazer conversa com a categoria dos TAs. A questão era premente e aparecia em diversos debates. O Governador havia informado que entrariam em abril com bandeira preta. Era importante fazer a discussão de quando retornariam, a partir do cenário que estava sendo vislumbrado. Deveriam comunicar a suspensão e pensar em uma janela para reavaliação. Deveriam ter acesso ao planejamento da Instituição para poderem fazer a discussão. Entre os cursos que lidavam com saúde, quais seriam os prioritários para vacinação? A senhora presidenta informou que 8 disciplinas haviam sido solicitadas. O conselheiro Matheus falou sobre pareceres do COPLAN que seriam o norte para a Comissão Especial poder analisar. Decidiram que analisariam os casos que seriam efetivos, pois o conteúdo era muito bom, por ter sido construído por diversas mãos. A conselheira Fátima disse que tinha várias questões: deveriam manter a Comissão Especial do COCEPE por tempo indeterminado. Em relação ao que iriam comunicar, se tinham clareza e era certo que em maio não teriam retorno. Isso deveria ser comunicado. Deveriam informar que em maio seria reavaliado, com base em diversas informações e avaliações. Quais seriam as medidas mais urgentes a serem adotadas em relação a espaços que tinham e como adequá-los. Falou do levantamento da PROPLAN sobre as condições das salas. Disse que o encaminhamento em relação às atividades práticas deveria ser o informe que em maio não teriam possibilidade de terem aulas, mas em maio efetivamente discutiriam quais as possibilidades de ofertar atividades, para que os alunos possam se programar para

possível retorno à cidade. O documento do Comitê era importante para dar caminhos para analisar o levantamento futuro. A senhora presidenta relatou sobre as 89 disciplinas solicitadas pelos cursos. Deveriam fazer um documento informando a todos, para não haver deslocamentos para a cidade. Deveriam fazer uma pressão maior para a compra das vacinas, mas deveriam ter responsabilidade. Estavam respeitando o que o Comitê informava. Poderiam reforçar que a análise era constante e respeitava o cenário do momento. A Comissão Especial deveria ser permanente durante a Pandemia. Precisavam respeitar os documentos e análises do Comitê. A partir disto deveriam citar que as Unidades deveriam fazerem seu planejamento. No momento inicial de circulação em maio não seria possível. As propostas seriam avaliadas, respeitando as orientações do Comitê. Deveriam fazer uma prospecção para dois meses ou um mês e meio. Sugeriu que alguns colegas auxiliassem na redação do documento que deveria ser anunciado no dia da reunião. Propôs que o texto deveria ter os elementos que a conselheira Fátima havia colocado. Casos excepcionais seriam avaliados. As propostas seriam avaliadas e as Unidades pensarem na estrutura para oferecerem as disciplinas. O conselheiro Schuch falou que os casos excepcionais não deveriam ser citados para maio. Falou sobre os estágios, que deveriam estar bem claros no documento a ser divulgado, pois os estágios da Veterinária eram feitos em outras Instituições e muitos estavam assinando seus estágios. Tinha a questão de alunos que fazem deslocamento para fazer o estágio. Muitas disciplinas exigem que os alunos estejam próximo de Pelotas. A senhora presidenta propôs que voltassem ao assunto do comunicado. Colocou em votação se o COCEPE deveria lançar comunicado da suspensão do calendário para maio. Para as atividades práticas presenciais não seria possível sua implementação. O conselheiro Mario Moreira sugeriu que deveria constar as sugestões do Comitê Covid. A conselheira Fátima disse que deveriam colocar “considerandos”. O conselheiro Rubens perguntou sobre casos excepcionais se não haveria nenhum caso colocado em avaliação ou seriam bloqueadas todas as demandas. A senhora presidenta respondeu que, como o Comitê havia sugerido, os casos excepcionais seriam analisados desde que avaliados pelo Comitê Covid. A conselheira Mara Beatriz disse que deveria ficar evidente a impossibilidade de manter o calendário para aulas práticas. Ressaltar que situações específicas seriam avaliadas pelo Comitê Covid. A senhora presidenta colocou em votação a não realização das atividades presenciais em maio e esta foi aprovada, por unanimidade. A partir deste momento, perguntou se fariam outra reunião para leitura do documento ou divulgariam por e-mail. Aprovado a divulgação por e-mail. Para auxiliar na redação se ofereceram os conselheiros Fátima Cossio, Luis Schuch e Izabel de Souza. O conselheiro Schuch perguntou sobre estágios e foi respondido que casos novos de estágios externos não devem ser analisados e dentro da UFPel foi suspensa a oferta de estágios. Sem mais manifestações ou assuntos a tratar, a senhora presidenta agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às dez horas e trinta e três minutos e eu, Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada foi igualmente assinada eletronicamente pela senhora presidenta.



Documento assinado eletronicamente por **ROSEMERI GOMES GONCALVES, Secretária, Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão**, em 25/03/2021, às 20:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **URSULA ROSA DA SILVA, Presidente**, em 26/03/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1248498** e o código CRC **17840D26**.